

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.488 - AL (2016/0164071-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SINTUFAL
ADVOGADO : TAINÁ GONÇALVES DE OLIVEIRA SAMPAIO E OUTRO(S) - PE036232
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SINTUFAL, com base nas alíneas **a** e **c** da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS A EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 3,17%. DIFERENÇAS. LEI 10.405/2002. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR. LIMITAÇÃO TEMPORAL. OBSERVÂNCIA. VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA.

- I. O direito ao reajuste de 3,17% restou reconhecido através da Medida Provisória 2.225-45, de 04/09/2001, que estabeleceu a sua incorporação à remuneração dos servidores, a partir de 1 de janeiro de 2002.
- II. A Lei 10.405/2002, estabeleceu novas tabelas de vencimento para os professores de ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino.
- III. 111. Com a reestruturação dos cargos através da mencionada lei, o percentual de 3,17% restou absorvido, conforme o disposto no art. 10, da MP 2.255-45, não podendo ser incorporado posteriormente. Inocorrência de violação à coisa julgada.
- IV. Apelação improvida" (fl. 125e).

Opostos Declaratórios, foram rejeitados (fls. 148/154e)

Em suas razões recursais, o recorrente alegou ofensa aos arts. 467, 468, 471, 473, 474, 475-G, 535, II, 741, VI e 739, II do CPC/73.

Em decisão de minha lavra, constatada a omissão do julgado, foi determinado o retorno dos autos à origem (fls. 562/576e).

Em novo julgamento, o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO RECONHECIDA PELO STJ. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO INEXISTENTE.

1. Por determinação do STJ, voltam os autos para novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 139/145, 'a fim de que seja sanada a omissão, consubstanciada na alegação de ofensa à coisa julgada, sob o fundamento de que a limitação temporal ao reajuste de vencimentos/proventos de 3,17%, em virtude da Medida Provisória 2.225-45/2001 e da Lei 10.405/2002, já teria sido objeto de apreciação, no processo de conhecimento.'

2. A aplicação das regras da Medida Provisória 2.225-45/2001 e da Lei 10.405/2002, limitando o reajuste de 3,17% ao momento da reestruturação da carreira dos embargados (Lei 10.405/2002), como bem destacado na sentença dos embargos à execução (fl. 62), não representa rediscussão de matéria já decidida em processo de conhecimento ou reforma do título executivo, nem tampouco se pretende conferir aos embargos efeitos rescisórios em ofensa à coisa julgada. 'Trata-se, apenas, de levar em conta eventos relevantes ocorridos ao longo do tempo e que interferem sobre a quantificação da dívida, sendo obrigação do juízo fixar a data limite a qual deverá incidir a concessão do reajuste'.

3. A regra da MP 2.225-45/2001 estende a data limite para o pagamento do reajuste de 3,17% até a reestruturação de carreira, que pode ocorrer até mesmo após a data da prolação da sentença e do trânsito em julgado.

4. Embargos de declaração providos. Omissão sanada, sem efeito modificativo" (fl. 609e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (fls. 632/639e).

No Recurso Especial, o recorrente alega ofensa aos arts. 467, 468, 471, 473, 474, 475-G, 535, II, 741, VI e 739, II do CPC/73, sustentando o seguinte:

"(...) a matéria discutida nestes autos de cumprimento do título judicial (em anexo) trata essencialmente da limitação ordenada pela decisão ora atacada, que não era prevista no título executivo.

Por óbvio, In casu, NECESSARIAMENTE, HÁ DE SE DEBATER SOBRE A COISA JULGADA, COMO OCORREU.

Isso é comprovado ao observar que o julgado ora hostilizado analisa a questão essencialmente sob o prisma do título executivo judicial, que representa a coisa julgada (não haveria como ser diferente) debatendo sobre a possibilidade de limitação do reajuste de 3,17% à Lei 10.405/2002.

É exatamente baseado na coisa julgada e dispositivos correlatos do CPC que o Recorrente interpõe este Recurso.

Porque tendo sido a matéria relativa à Lei 10.405/2002 e MP 2.225-45/2001 alegadas pela defesa da UFAL no processo de conhecimento e, já RECHAÇADA pelo Judiciário, NÃO É POSSÍVEL "RESSUCITÁ-LA" já que está preclusa.

A Lei 10.405/2002 e MP 2.225-45/2001 também foram analisadas no acórdão recorrido que, no entanto, data maxima venia, terminou por mal interpretá-las, com isso contrariando-as.

Daí porque embasam também o presente recurso que objetiva afastar tal contrariedade.

(...)

No caso em tela, como se debate a execução de título judicial, alegando o Recorrente, como demonstrado, a defesa da coisa julgada que veda qualquer limitação dos valores executados, estão prequestionados os dispositivos legais que regem a coisa julgada, assim como também está prequestionado o art. 535, II, CPC.

Atendida, portanto, a exigência jurisprudencial de prequestionamento da matéria levada ao conhecimento do Pretório Especial e Extraordinário, já que fora alegada e apreciada ordinariamente, tendo sido discutida à exaustão.

2.1 - DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL - dispositivos violados:

(...)

Com base no art. 105, inciso III, alínea **a** da CF/88 o Recorrente visa eliminar: 1) violação ao artigo 535 do CPC - persistência dos vícios apontados pelos embargos de declaração no acórdão em vergasta (OMISSÃO), o que tipifica negativa de vigência ao inciso II desse artigo -; 2) violação ao art. 741, inciso VI e art. 739, II do CPC; 3) contrariedade à coisa julgada, positivada nos artigos 467, 468, 471, 473, 474, 475-G assim como art. 300, todos do CPC.

Com fulcro no art. 105, III, da CF/88, alínea **c** ainda é pertinente o presente recurso para obter pacificação da interpretação sobre a legislação federal que rege a presente matéria e com isso pacificar o entendimento jurisprudencial final para um grande número de servidores envolvidos no processo.

Com esse objetivo, o Recorrente apresenta um precedente jurisprudencial, eleito na qualidade de paradigma para o caso em tela, o qual representa o entendimento majoritário sobre o tema: REsp 1.235.513/AL sob a relatoria do Min. Castro Meira (STJ) e Edcl no REsp 1.412.877 - AL, sob a relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia (STJ).

(...)

3 - DO TÍTULO JUDICIAL ORA EXECUTADO:

Em apertada síntese, como antes referido, a questão central dos autos é saber se em sede de Embargos à Execução é possível rediscutir a lide para alterar as disposições constantes do título executivo transitado em julgado.

Especialmente, no sentido de limitar a execução ao ano de 2002 em razão de suposta reestruturação operada na carreira dos beneficiários pela Lei 10.405/2002, sendo que a sentença de conhecimento que condenou a UFAL foi prolatada em Julho de 2009, transitando em julgado logo em seguida (época em que já existiam e se encontravam em vigor a Lei 10.405/2002 e NP 2.225-45/2001).

Portanto, a alteração do título judicial seja para limitação ou mesmo para extinção da presente execução não é matéria suscetível de alegação na atual fase executiva, pois ficou preclusa ao ser debatida no processo cognitivo.

(...)

4 - DA CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC - art. 105, inciso III, alínea "a" da CF/88 :

Observe-se que o ponto central aqui debatido não pode ser a "discussão sobre a incidência ou não do reajuste de 3,17% sobre os vencimentos dos servidores". Isso já foi decidido.

Esse ponto já foi pacificado quando do processamento e julgamento ocorrido na fase de conhecimento, FAVORAVELMENTE AOS AUTORES DESTA EXECUÇÃO, não há o que se discutir quanto a isso.

Inclusive, a MP 2.225-45/2001 e a Lei 10.405/2002 já estavam em vigor e foram alegadas pela União Federal à época do processo de conhecimento, restando decidida desfavoravelmente à Fazenda Pública.

A fase atual trata da execução de título judicial (COISA JULGADA).

Não há como, na fase executiva, rediscutir as matérias já devidamente resolvidas e, portanto, atingidas pela preclusão, in casu, preclusão máxima posto que se refere à coisa julgada.

Portanto, não é possível analisar matéria própria da fase de conhecimento, necessário respeitar o título executivo.

Assim por meio de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, além de demonstrar o equívoco cometido pela conclusão alcançada pelo julgado recorrido, mais uma vez o Recorrente provocou resposta do Tribunal a quo, acerca do respeito à coisa julgada e art.

741, VI do CPC.

(...)

O acórdão recorrido ficou-se silente quanto às razões que lhe levaram a permitir ("criar") uma limitação inexistente no título executivo, qual seja, aquela referente à Lei 10.405/2002 e MP 2.225-45/2001.

(...)

Desse modo o acórdão terminou por contrariar, além do art. 535, II, do CPC, aqueles que lhe são correlatos, como o art. 165 e 458 do CPC que proclamam a exigência de fundamentação para as decisões. Assim, para permitir a mutilação da res iudicata, o que é vedado pelo ordenamento jurídico neste caso, espera-se o conhecimento das razões para tanto, o que não ocorreu.

A decisão foi OMISSA quanto aos fundamentos jurídicos que levaram o Órgão Julgador a admitir e permitir uma hipótese limitação da execução, quando a coisa julgada inadmitte.

(...)

5 - DA OFENSA AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, LEI FEDERAL 5.869/73 (741, inciso VI) art. 105, inciso III, alínea "a" da CF/88:

O artigo 741 do Código de Processo Civil que fora violado pelo julgamento hostilizado, corrobora com a impossibilidade de alegação de fatos/matéria ocorridos antes da formação do título:

(...)

Importante ainda salientar o artigo 739, II, do CPC, o qual qualifica como impossível de analisar a defesa do executado quando não se tipificarem alguma das hipóteses do art. 741.

(...)

Especialmente, in casu, no sentido de limitar a execução ao ano de 2002 em razão de suposta reestruturação operada na carreira dos beneficiários, sendo que a (im)possibilidade de tal limitação foi discutida no processo de conhecimento, tendo a sentença de conhecimento afastado tais alegações ventiladas pela UFAL.

Logo, sem muito esforço, observa-se que o fundamento dos embargos

não se subsume a nenhuma das hipóteses de admissibilidade dos embargos à execução, expostas de maneira taxativa nos incisos do art. 741 do CPC, o que implica em afronta ao citado dispositivo legal.

Em outras palavras, diga-se que a sentença da ação de conhecimento data do ano de 2009, e, sendo as normas invocadas no acórdão recorrido (Lei 10.405/2002 e MP 2.225-45/2001) para limitação da execução anteriores à formação do título executivo, constata-se claramente a contrariedade ao art. 741, VI, do CPC, o que não pode prosperar.

(...)

As razões da União Federal, acatadas no acórdão são baseadas em normas que já existiam e já estavam em vigor quando da formação do título executivo (MP 2.225-45/2001 e Lei 10.405/02). Se o Judiciário entendesse por acolher tal argumentação teria feito no processo de conhecimento.

(...)

Comprovada a ofensa ao art. 741, VI, necessária a reforma do acórdão recorrido, para o fim de manter a execução tal como fora proposta, sobretudo, em respeito à coisa julgada do processo de conhecimento que consubstancia o título que embasa esta execução.

6 - DA OFENSA AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, LEI FEDERAL 5.869/73, ARTIGOS: 467, 468, 471, 473, 474, 475-G - art. 105, inciso III, alínea "a" da CF/88:

A sistemática processual brasileira encontra-se munida de diversos mecanismos para que as partes apresentem no devido momento TODOS os fatos, provas e argumentos que disponham para defesa dos seus direitos em juízo.

Entretanto, data máxima vênua, a decisão ora vergastada não deu a devida interpretação aos comandos infraconstitucionais supracitados, culminando pela violação dos mesmos.

(...)

Veja-se que o pagamento é oposição que pode ser alegada pela parte, desde que superveniente à sentença.

Entretanto, a limitação dos valores desta execução à Lei 10.405/2002 em face da MP 2.225-45/2001, agride os mencionados dispositivos, já que esta discussão é matéria de mérito, já acobertada pela res iudicata.

Em suma, o centro da controvérsia é a IMPOSSIBILIDADE de se limitar a execução, nos exatos termos da decisão do E. TRF5º que formou o presente título executivo nos autos da ação ordinária.

(...)

Desta forma, ante todo o exposto, espera o Recorrente que este Tribunal declare a IMPOSSIBILIDADE de se impor, nestes autos, as limitações criadas pelo acórdão recorrido em face da Lei 10.405/02 e MP 2.225-45/2001, sob pena de afronta à coisa julgada, como de resto afirma a reiterada e contundente jurisprudência desta Corte Especial de Justiça e do STF.

7 - DO DÍSSIDIO PRETORIANO - art. 105, alínea "c" do permissivo constitucional - "uniformização da jurisprudência nacional" - Julgamento REsp 1.235.513/AL (Corte Especial) e Edcl no REsp nº 1.412.877 - AL (Paradigmas):

(...)

Além de violar texto literal do Código de Processo Civil, a decisão recorrida consigna em seu bojo entendimento dissonante da jurisprudência pacificada sobre a matéria, senão vejamos.

Elege-se como julgado paradigma o aresto proveniente da Corte Especial desse Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA na REsp 1.235.513/AL sob a relatoria do Min. Castro Meira (STJ),

(...)

Sendo assim, adotar tal posicionamento terminou por ferir a coisa julgada, afastando do posicionamento orientado por esta Corte Especial, desrespeitando, às normas processuais atinentes à matéria (artigos 739, inciso II; 741, inciso VI; 467; 468; 473; e 471).

Examinando os acórdãos paradigmas, possível concluir que o ponto nodal que fez tomar o rumo de não permitir a compensação, foi justamente aquele que se identifica perfeitamente com o caso em apreço, isto é, que o título executivo não prevê limitação em face da MP 2.225/2001" (651/683e)

Recurso contrarrazoado (fls. 722/728e), e admitido pelo Tribunal **a quo** (fl. 730e).

Na origem, trata-se de Embargos à Execução objetivando a reabertura da discussão acerca da limitação temporal do direito dos substituídos do recorrente.

Em relação ao art. 535, II, do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem, soberano na análise fática da causa, consignou, expressamente, que:

"Segundo entendo, a aplicação das regras da Medida Provisória 2.225-45/2001 e da Lei 10.405/2002, limitando o reajuste de 3,17% ao momento da reestruturação da carreira dos embargados (Lei 10.405/2002), **como bem destacado na sentença dos embargos à execução (fl. 62), não representa rediscussão de matéria já decidida em processo de conhecimento ou reforma do título executivo**, nem tampouco se pretende conferir aos embargos efeitos rescisórios em ofensa à coisa julgada" (fl. 546/549e).

Da leitura, verifica-se que o Tribunal de origem deixou claro que não houve rediscussão da matéria já decidida no processo de conhecimento, tampouco a intenção de reforma do título executivo, afastando, dessa forma, a ofensa à coisa julgada. Neste passo, a análise dessa ofensa, em sede de recurso especial é obstada pela Súmula 7 do STJ, tendo em vista a necessidade de revisão do acervo fático e probatório para tanto.

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE DETERMINA A INTIMAÇÃO DO ESTADO AGRAVANTE PARA O CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACÓRDÃO CONCESSIVO DA ORDEM, NO SENTIDO DE PROMOVER A CORRETA ATUALIZAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR MÉRITO ESPECIAL DE BRAVURA, BEM COMO O PAGAMENTO, MEDIANTE FOLHA SUPLEMENTAR, DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. DISPOSITIVO LEGAL NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 282/STF. COISA JULGADA. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se de ação em que busca o recorrente alterar a data do trânsito em julgado.
2. Não se pode conhecer da irresignação contra a violação aos artigos 6º da LICC e 467 do CPC, uma vez que os dispositivos legais atinentes à matéria não foram analisados pela instância de origem.
3. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o

recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

4. Rever a decisão do Tribunal de origem quanto à coisa julgada demanda reexame do contexto fático-probatório, inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'.

5. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.651.088/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/04/2017)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/12/2017)

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** (ofensa ao art. 535 do CPC/73) e, nessa extensão, **nego-lhe** provimento.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbência recursal.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora